Ata n.º 25/2026

Reunião Ordinária de 05 de novembro de 2026

Ao quinto dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte seis, pelas nove horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, estando presentes os Senhores: António Manuel Ramos dos Reis, Presidente da Câmara, Bruno Alexandre Teixeira da Silveira, Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Ricardo Bettencourt Ramalho e a Senhora Vereadora Lara Isabel Freitas Sousa. Faltou por motivo justificado, o Senhor Paulo Jorge Leite da Cunha, que ao abrigo número 1 do artigo 78.º e número 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, se fez substituir Susana Margarida dos Anjos Correia Arruda.

Período antes da Ordem do dia

O Senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando os senhores Vereadores. Tendo em conta o disposto no n. 6º do art.º 5º do Regimento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, aprovado em Reunião ordinária de 6 de novembro de 2025, foi aprovado por unanimidade, aditar-se à Ordem do Dia o ponto, ao qual se atribui o n.º 12. De seguida foi dado conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 04 de novembro, que acusava o seguinte saldo: Operações orçamentais 4.333.561,26€ e Operações não orçamentais 2443,81€.

Tomando a palavra, o Senhor Vereador Ricardo Ramalho questionou o Senhor Presidente sobre quais os objetivos e intenções do Município relativamente ao antigo edifício da Central Termoelétrica. Em resposta, o Senhor Presidente informou que a Câmara Municipal já iniciou um processo de limpeza do edifício e de manutenção do espaço envolvente. Referiu ainda que existem várias propostas em análise para aquele imóvel, atendendo a que o projeto inicialmente previsto para a Proteção Civil não foi aprovado. Acrescentou que o Município se encontra a avaliar as diversas hipóteses existentes, de forma a definir a solução que melhor salvaguarde o interesse público e a valorização daquele património municipal. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, referiu que aquele grupo já efetuou uma análise ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), pretendendo agora analisar as propostas apresentadas no âmbito da respetiva consulta pública. Nesse sentido, requereu oralmente o acesso às propostas submetidas durante aquele período. Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara informou que iria verificar a possibilidade de remessa dos referidos elementos aos Vereadores. Não obstante, salientou que toda a documentação se encontra disponível para consulta e análise nas instalações da Câmara Municipal, podendo os interessados proceder à sua apreciação em sede da autarquia. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho referiu que, da análise do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2027, se confirmou aquilo que já havia sido anteriormente referido, nomeadamente que a ilha Graciosa perdeu cerca de 2,7 milhões de euros de investimento, verba que, no seu entendimento, poderia ter transitado para outras rubricas. Acrescentou que, relativamente à empreitada do Núcleo de Recreio da Barra, apenas se encontra prevista uma dotação de 150.000,00 €, considerando que tal situação prejudica a ilha Graciosa. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a redução da verba se deve ao facto de a mesma se encontrar associada ao respetivo contrato ARAAL. Salientou, contudo, que a empreitada do Núcleo de Recreio da Barra constitui uma obra essencial para o desenvolvimento da ilha Graciosa e que a sua concretização continua a

ser considerada prioritária. Referiu ainda que existem outras intervenções de relevante importância para a ilha, destacando a iluminação da pista do Aeródromo da Graciosa e a requalificação da estrada Praia - Santa Cruz da Graciosa. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho questionou o Senhor Presidente sobre o ponto de situação da atribuição do apoio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa. Em resposta, o Senhor Presidente informou que se encontra concluída a fase final de revisão da minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a referida Associação. Acrescentou que será agendada, em breve, uma reunião com a Direção da instituição, com vista à análise e discussão da minuta proposta, por forma a ultimar os termos do apoio a conceder. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho referiu a necessidade de a Câmara Municipal voltar a intervir junto da entidade proprietária da Rádio Graciosa, atendendo à importância daquele meio de comunicação social para a divulgação de informações de interesse público, em particular no âmbito da Proteção Civil. Questionou ainda qual a real intenção do proprietário relativamente ao futuro da estação emissora. Em resposta, o Senhor Presidente informou que manteve contacto direto com o proprietário da referida emissora, tendo a Câmara Municipal procedido igualmente ao envio de um ofício sobre o assunto. Contudo, até à presente data, não foi obtida qualquer resposta por parte da empresa. Acrescentou que o Município continuará a insistir junto da mesma, procurando obter esclarecimentos sobre as suas intenções e encontrar uma solução que salvaguarde o interesse público associado à atividade da Rádio Graciosa, solicitando também os devidos esclarecimentos à Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Ordem do dia

1 – Pedido de Isenção do Pagamento das Taxas Associadas à Emissão de Licença de Utilização – Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa.

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Santa Cruz da Graciosa, conjugado com as alíneas h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi aprovado por unanimidade a proposta apresentada pelo Senhor Presidente de reconhecer que a atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa, concretizada através da instalação e funcionamento de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), reveste relevante interesse público municipal, que a atividade objeto do pedido se enquadra nas finalidades estatutárias da requerente e prossegue objetivos de inequívoco interesse social para a comunidade local, deferir o pedido apresentado pela Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa e, em consequência, conceder a isenção do pagamento da taxa municipal devida pela emissão da licença de utilização referente ao edifício destinado ao funcionamento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e determinar que a presente isenção se circunscreve à taxa objeto do pedido e ao procedimento administrativo identificado nos autos. O Senhor Vereador Ricardo Ramalho, aquando da discussão e votação do referido ponto, ausentou-se da sala por fazer parte da mesa da referida Santa Casa.

2 – Escola Básica e Secundária da Graciosa- Pedido de Apoio.

O Senhor Presidente apresentou a proposta de atribuição de um apoio financeiro à Escola Básica e Secundária da Graciosa, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), destinado a comparticipar as despesas com a realização do tradicional Desfile de Carnaval dos alunos, a decorrer no dia 5 de fevereiro de

2027, no âmbito do seu Plano Anual de Atividades. A Câmara Municipal, reconhecendo o interesse educativo e cultural da iniciativa e o seu contributo para a preservação das tradições carnavalescas do concelho, colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, deliberando atribuir o referido apoio financeiro.

3 – Bazar Internacional do Corpo Diplomático- Pedido de Apoio.

Foi presente uma proposta, pelo Senhor Presidente, para autorização da aquisição de queijadas da Graciosa, no valor de 120,00€, destinadas a integrar a representação dos Açores no Bazar Internacional do Corpo Diplomático 2026, a realizar nos dias 20 e 21 de novembro, em Lisboa, bem como dos respetivos custos de expedição e transporte para o local indicado pela organização do evento, iniciativa visa a angariação de fundos para instituições de apoio à saúde, promovendo simultaneamente a divulgação e valorização de um produto tradicional da Graciosa. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

4 – Autorização da Realização da Despesa Necessária ao Apoio Logístico dos Figurantes Participantes no Exercício LivEx de Proteção Civil a realizar no dia 13 de novembro.

Foi presente proposta para prestação de apoio logístico aos figurantes participantes no Exercício LivEx de Proteção Civil, a realizar no dia 13 de novembro de 2026, em coordenação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. A Câmara Municipal deliberou autorizar a realização da despesa necessária à concretização do referido apoio, até ao montante máximo de 557,50 € (quinhentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor, quando aplicável, bem como determinar que a mesma seja cabimentada, comprometida e processada pela rubrica orçamental adequada e que os serviços municipais promovam os procedimentos administrativos e financeiros necessários à sua execução. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

5 – "Novembro Azul - Prevenir, Rastrear e Cuidar da Diabetes" promovida pela Unidade de Saúde da Ilha Graciosa- Pedido de Apoio.

O Senhor Presidente apresentou a proposta para aquisição de um lanche saudável, no valor de 1.222,50 € (mil duzentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal de 9%, destinado à iniciativa "Novembro Azul - Prevenir, Rastrear e Cuidar da Diabetes", promovida pela Unidade de Saúde da Ilha Graciosa e a realizar no dia 15 de novembro de 2026, na Praça Fontes Pereira de Melo. Considerando o relevante interesse público da ação, que visa sensibilizar a população para a prevenção, rastreio e educação para a saúde, contribuindo para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a melhoria da literacia em saúde, foi ainda proposto assegurar o apoio logístico solicitado, nomeadamente através da disponibilização de mesas, cadeiras, sistema de som, contentores para resíduos e demais meios municipais disponíveis adequados à realização do evento. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

6 – Festival Internacional dos Açores- Pedido de Apoio.

Foi apresenta a proposta, pelo Senhor Presidente, de atribuição de um apoio financeiro ao Festival Internacional dos Açores, no montante de 200,00 € (duzentos euros), destinado a comparticipar as despesas com as refeições da comitiva artística do concerto do ciclo "Entre Mulheres", integrado na edição de 2026 daquele festival. Foi ainda proposto que o Município assegure os transportes necessários às deslocações da comitiva na ilha, bem como a cedência do Centro Cultural da Ilha Graciosa e dos meios técnicos municipais

disponíveis, nomeadamente equipamentos de som e luz, indispensáveis à realização do espetáculo. A proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

7 – Coro de São Mateus – Pedido de Apoio.

Foi apresentado pelo Senhor Presidente a proposta para atribuição de um apoio financeiro ao Coro de São Mateus, no valor de 600,00 € (seiscentos euros), destinado a comparticipar as despesas com obras de conservação na Ermida de Santo António, sua sede, nomeadamente trabalhos de retelho. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

8 – Realização de Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente apresentou uma proposta no sentido de ser solicitada ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, destinada à apreciação e deliberação de assuntos relacionados com a empreitada "Rede de Abastecimento de Água da Freguesia de Guadalupe e Parte da Freguesia de Santa Cruz - Rede da Ribeirinha, da Vitória e do Caminho da Igreja" e demais matérias que se revelem necessárias. Após ter sido colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

9 – 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal de 2026 e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR).

O Senhor Presidente apresentou à Câmara Municipal a 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2026, elaborada com o objetivo de adequar os documentos previsionais às necessidades atuais do Município. Explicou que a presente revisão se reveste da necessidade de reforçar a dotação financeira afeta à empreitada "Rede de Abastecimento de Água da Freguesia de Guadalupe e Parte da Freguesia de Santa Cruz – Rede Ribeirinha, da Vitória e do Caminho da Igreja", permitindo acomodar o aumento do respetivo valor e assegurar a sua concretização. O Senhor Presidente referiu ainda que esta revisão visa garantir a correta execução do referido investimento, assegurando a necessária compatibilização entre as disponibilidades financeiras existentes e os compromissos assumidos pelo Município. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Os Vereadores do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente, neste ponto, porque entendemos que o tema da água é de extrema importância para a ilha Graciosa. Contudo, há questões que no nosso entender merecem atenção por parte do executivo neste projeto. Nomeadamente, a garantia da asfaltagem da faixa de rodagem e o aproveitamento do financiamento comunitário."

10 – Compromissos Plurianuais Empreitada "Rede Abastecimento Água Freguesia Guadalupe Parte Freguesia Santa Cruz – Rede Ribeirinha, da Vitória e do Caminho Igreja ".

O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa a necessária autorização para a assunção de compromissos plurianuais referentes ao procedimento de contratação pública relativo ao Concurso Público "Empreitada Rede de Abastecimento de Água da Freguesia de Guadalupe e Parte da Freguesia de Santa Cruz – Rede da Ribeirinha, da Vitória e do Caminho da Igreja", nos termos do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua redação atual. O valor base do procedimento é de 7.225.000,00 € (sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal de 4%, prevendo-se a repartição dos encargos pelos anos de 2027, 2028

e 2029, nos montantes de 2.474.160,00 €, 3.005.600,00 € e 2.034.240,00 €, respetivamente. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

11 – Compromissos Plurianuais Fiscalização da Empreitada "Rede Abastecimento Água Freguesia Guadalupe Parte Freguesia Santa Cruz – Rede Ribeirinha, da Vitória e do Caminho Igreja ".

O Senhor Presidente apresentou a proposta para solicitar à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa a necessária autorização para a assunção de compromissos plurianuais referentes ao procedimento de contratação pública relativo ao Concurso Público "Fiscalização da Empreitada Rede de Abastecimento de Água da Freguesia de Guadalupe e Parte da Freguesia de Santa Cruz – Rede da Ribeirinha, da Vitória e do Caminho da Igreja", nos termos do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua redação atual. O valor base do procedimento é de 124.000,00 € (cento e vinte e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se a repartição dos encargos pelos anos de 2027, 2028 e 2029, respetivamente nos montantes de 41.760,00 €, 55.680,00 € e 46.400,00 €. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

12 – Convívio de São Martinho Sénior.

O Senhor Presidente apresentou a proposta e referiu que, tendo em vista a celebração do dia de São Martinho e reconhecendo a importância de promover iniciativas de convívio, participação e bem-estar da população sénior do concelho, pretende a Câmara Municipal assinalar a data através da realização de um convívio no próximo dia 11 de novembro de 2026, proporcionando aos participantes um momento de confraternização, com a oferta de um lanche e animação musical, contribuindo para o reforço dos laços comunitários e para o combate ao isolamento social. Face ao exposto, propôs que a Câmara Municipal delibere promover o Convívio de São Martinho da População Sénior, a realizar no dia 11 de novembro de 2026, assumindo as despesas inerentes à organização da iniciativa, nomeadamente as relacionadas com o fornecimento do lanche e com a animação musical, nos termos legais aplicáveis. Colocada a votação, a Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Câmara,

O Vice-Presidente da Câmara,

Os Vereadores,

Ricardo Bettencourt Rocha

Susana Azevedo

Ana Isabel Freitas Sousa

A Assistente Técnica,

Vanessa Sofia Arruda Picanço